



OFÍCIO (GAB-CÂM) N.º 244/2025

Aracruz, 08 de setembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI
Presidente da Câmara Municipal
Aracruz-ES

Assunto: Resposta ao Ofício n.º 448/2025 - Gabinete da Presidência
Referência: Processo Eletrônico n.º 25.353/2025

Excelentíssimo Presidente,

Em atenção do Ofício n.º 448/2025 do Gabinete dessa Presidência, onde solicita documentações para instrução do Projeto de Lei n.º 025/2025 deste Executivo - *Desafeta bem e autoriza o Poder Executivo Municipal de Aracruz a doar imóvel de sua propriedade, ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal para implementação do Programa Minha Casa Minha Vida* - vimos encaminhar Análise Técnica, para subsidiar na Aprovação da PL em questão.

Para outras informações adicionais, permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

I - ANÁLISE TÉCNICA

1. Estimativa da renúncia patrimonial

A solicitação não se aplica, pois a **Lei Municipal nº 3.227/2009**, em seu art. 8º, já prevê a possibilidade de doação de áreas para a execução de programas habitacionais. O presente projeto apenas efetiva a autorização previamente concedida, não configurando nova renúncia patrimonial.

2. Estimativa de renúncia tributária (ITBI e IPTU)

As isenções previstas no projeto já estão contempladas na **Lei Municipal nº 3.228/2009**, regulamentada pelo **Decreto nº 31.556/2016**, não havendo inovação legislativa. Ademais, a transferência do imóvel doado pelo Município não constitui fato gerador de ITBI, por ausência de onerosidade (art. 35 do CTN). Registre-se, ainda, que a **Lei Federal nº 14.620/2023, art. 6º, § 11** determina a necessidade de isenção de ITBI e emolumentos cartorários para a implementação dos programas habitacionais federais, reforçando a obrigatoriedade já existente. Portanto, não há nova renúncia tributária a ser estimada.

E ainda o § 12 reforça a isenção com a seguinte redação: Serão priorizados nas seleções os entes federativos que, no âmbito de suas competências, concederem isenções tributárias para fins dos programas de que trata esta Lei.

3. Declaração quanto ao impacto nas metas fiscais da LDO

Conforme já exposto, o projeto não cria nova renúncia de receita. Assim, não há exigência de apresentação da declaração prevista no art. 14, §2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que inexistente impacto nas metas fiscais da LDO.

4. Reiteração sobre metas fiscais

Trata-se de questão idêntica à anterior. Mantém-se a conclusão: não há inovação legislativa, não sendo necessária a declaração de que a renúncia não afetará as metas fiscais.

5. Justificativa do interesse público

O interesse público já se encontra devidamente demonstrado na **Mensagem do Executivo** que acompanha o Projeto de Lei. A justificativa expõe a adesão do Município ao Programa Minha Casa, Minha Vida, fundamentada na legislação federal pertinente (Leis nº 14.133/2021, nº 14.620/2023 e Portarias do Ministério das Cidades), além de destacar a aprovação junto à Caixa Econômica Federal para a construção de até 80 unidades habitacionais em Santa Cruz.



A doação do terreno, portanto, é requisito indispensável à continuidade do programa, estando plenamente configurado o interesse público.

II – CONCLUSÃO

À vista do exposto, conclui-se que:

- O Projeto de Lei não acarreta **nova renúncia patrimonial ou tributária**, pois a matéria já se encontra disciplinada pelas Leis Municipais nº 3.227/2009 e nº 3.228/2009, bem como pelo Decreto nº 31.556/2016;
- Não há necessidade de estimativa de impacto financeiro nem de declaração quanto às metas fiscais da LDO, nos termos do art. 14 da LRF;
- A Lei Federal 14.620/2023, Art. 6º § 11 determina isenções a serem observadas pelos entes.
- O interesse público está devidamente justificado na Mensagem que acompanha o Projeto.

Assim, não subsistem óbices técnicos ao prosseguimento da tramitação legislativa do Projeto de Lei.



Resposta ao Ofício n.º 448/2025 - Gabinete da Presidência

"segov.apoio" <segov.apoio@aracruz.es.gov.br>

8 de setembro de 2025 às 17:55

Para: legislativo@aracruz.es.leg.br

Prezados,

Em atenção do Ofício n.º 448/2025 do Gabinete dessa Presidência, onde solicita documentações para instrução do Projeto de Lei n.º 025/2025 deste Executivo - Desafeta bem e autoriza o Poder Executivo Municipal de Aracruz a doar imóvel de sua propriedade, ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal para implementação do Programa Minha Casa Minha Vida - vimos encaminhar Análise Técnica, para subsidiar na Aprovação da PL em questão.

Atenciosamente,

SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV
PREFEITURA DE ARACRUZ/ES
(027) 3270-7012/ (027) 3270-7018

As informações contidas nesta mensagem são confidenciais e protegidas pelo sigilo legal. A divulgação, distribuição ou reprodução do teor deste documento depende de autorização do emissor. Caso V. Sa. não seja o destinatário, preposto, ou a pessoa responsável pela entrega desta mensagem, fica, desde já, notificado que qualquer divulgação, distribuição ou reprodução é estritamente proibida, sujeitando-se o infrator às sanções legais. Caso esta comunicação tenha sido recebida por engano, favor nos avisar imediatamente, respondendo esta mensagem.

Prefeitura do Município de Aracruz-ES

www.aracruz.es.gov.br



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330036003000370034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.